



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público - CPIBNDES

REQUERIMENTO Nº , DE 2015
(Do Sr. Edio Lopes)

Requer a alteração do Acordo de Procedimentos com vistas a especificar os procedimentos necessários à transferência, classificação e guarda de informações sigilosas bancárias, fiscais e de dados.

Sr. Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§ 3.º do art. 58 da CF/88), legais (art. 2.º da Lei 1.579/52) e regimentais (arts. 35 a 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados), requeremos que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito os seguintes procedimentos complementares ao Acordo de Procedimentos, já aprovado por esta CPI, em 11/08/2015:

a) Inclua-se, no item 6, os seguintes subitens:

“6.1. Os requerimentos voltados a levantamento genérico de informação e documentos, bem como aqueles que não identifiquem expressamente a pessoa do titular da informação e fundamentação específica para obtenção do dado sob sigilo, serão atendidos pelas entidades requisitadas sem a necessidade de envio de eventuais informações consideradas protegidas por sigilo bancário, fiscal ou de dados.

6.2. Consideram-se protegidas por sigilo bancário, para fins do item 6.1, as informações relacionadas à privacidade e intimidade de pessoas físicas ou jurídicas

CD150576758713

CD150576758713



CÂMARA DOS DEPUTADOS

de direito privado, tais como: a) Classificação de risco (“rating”); b) informações cadastrais de empresas, seus sócios/representantes e garantidores; c) saldo devedor e liberações individualizadas (valores e datas); d) margem para operar com a instituição financeira; e) situação de (in) adimplência (até a propositura da pertinente ação de execução judicial); f) estratégia empresarial, financeira ou de inovação de empresas.

b) Inclua-se o item 14:

“14. As informações e documentos sigilosos produzidos e/ou recebidos por esta CPI deverão ser classificados e tratados em conformidade com a Resolução nº 29, de 2003 da Câmara dos Deputados, e receberão as seguintes identificações:

a) Informações e Documentos Ostensivos:

Restrição de Acesso: Não há;

b) Informações e Documentos Reservados:

Restrição de Acesso: CPI-BNDES;

c) Informações e Documentos Secretos:

Restrição de Acesso: CPI-BNDES.

14.1. Informações e documentos “reservados” são aqueles que não devem ser de conhecimento do público em geral e cujo acesso será conferido com exclusividade aos parlamentares integrantes da CPI mediante assinatura de termo de compromisso de não divulgação das informações. O documento “reservado” eventualmente reproduzido, na forma do art. 16 da Resolução nº 29, de 2003, receberá classificação, rotulagem e tratamento correspondente ao original.

“14.2. Informações e documentos “secretos” são aqueles que requerem elevadas medidas de segurança e cujo teor ou características só passam ser de conhecimento dos parlamentares integrantes da CPI, sendo vedada a utilização de qualquer processo de cópia ou fotográfico, em meio físico ou digital, bem como anotação dos dados pesquisados.

CD150576758713

CD150576758713



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICATIVA

Com membro desta CPI e, visando à efetividade dos Trabalhos, entendo como necessário propor o detalhamento/definição de alguns dos procedimentos a serem adotados por esta CPI no que se refere à forma e ao momento para solicitação de informações e documentos ao BNDES, levando em consideração a natureza bancária da instituição objeto desta CPI e os deveres de guarda/gestão de informação confidenciais que são impostos pela legislação vigente (em especial, Lei Complementar 105/2001) a ela e a esta CPI/Casa Legislativa.

Ressalte-se que as formalidades expostas no item 6 do Acordo de Procedimentos refletem o entendimento já consagrado pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados e pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Pelo exposto, solicito o apoio dos nobres pares.

Sala das Comissões, em de de 2015.

Deputado EDIO LOPES

PMDB/RR

CD150576758713

CD150576758713